



Processos de Subjetivação no Serviço Social

5

Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020



Processos de Subjetivação no Serviço Social

5

Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremonesi

Karine de Lima

Luiza Batista 2020 by Atena Editora

Maria Alice Pinheiro Copyright © Atena Editora

Edição de Arte Copyright do Texto © 2020 Os autores

Luiza Batista Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Revisão Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora

Os Autores pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

- Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Processos de subjetivação no serviço social

5

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Thaislayne Nunes de Oliveira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P963 Processos de subjetivação no serviço social 5 [recurso eletrônico] /
Organizadora Thaislayne Nunes de Oliveira. – Ponta Grossa, PR:
Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: Word Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-230-2

DOI 10.22533/at.ed.302202907

1. Assistência social. 2. Política social – Brasil. 3. Serviços
sociais. I. Oliveira, Thaislayne Nunes de.

CDD 361

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br


Ano 2020

APRESENTAÇÃO

Caro leitor, é com imenso prazer que apresento a coletânea: “Processos de Subjetivação no Serviço Social”, composta por 88 trabalhos organizados em 5 volumes. Esta coletânea exhibe textos sobre as múltiplas facetas do processo de trabalho do Assistente Social e análises de diferentes políticas públicas brasileiras.

Como é sabido, o contexto brasileiro é permeado por contradições históricas. Ouso sinalizar a atual conjuntura centrada em discussões rasas, com a propagação do senso comum como verdade absoluta. Portanto, torna-se ainda mais necessário dar visibilidade a estudos técnicos e científicos. Sendo assim, esta leitura é imprescindível durante a formação profissional e também aos assistentes sociais, pois, contribui significativamente com reflexões sobre os nós, entraves e questões contemporâneas, que perpassam o cenário brasileiro e respectivos desdobramentos na profissão e nas políticas públicas.

Os dois primeiros volumes reservam a discussão do Serviço Social, abordando a formação profissional, apontamentos sobre os Fundamentos Históricos Teóricos Metodológicos do Serviço Social, da questão social, do Projeto Ético Político, da instrumentalidade. Além das discussões acerca das dimensões profissionais e das vulnerabilidades correspondentes às experiências em diversos espaços socioocupacionais.

O terceiro volume discorre prioritariamente sobre diferentes políticas públicas, como: política de saúde, política de saúde mental, promoção de saúde dos idosos. Além do mais, este volume possibilita a visibilidade para estudos variados acerca das inúmeras situações que perpassam a vida das mulheres brasileiras.

O quarto volume expõe: adoção, adolescentes, medidas socioeducativas, drogas, violência, família, idosos. As respectivas análises são distintas, porém, demonstram aspectos que perpassam a vida brasileira, sobretudo pela abordagem do recorte de classe e étnico-racial.

Por fim, e não menos importante, o quinto volume exhibe novamente especificidades das políticas públicas, evidenciando a discussão sobre a questão do território, questão urbana, saneamento básico, seguridade social, política de assistência social. Este volume apresenta ainda discussão sobre questão étnico-racial, racismo e refugiados.

Como foi possível perceber os livros contemplam análises abrangentes, que convergem e se complementam sob a ótica do contexto histórico brasileiro e suas respectivas contradições sociais. Vale ressaltar, que os cinco volumes contribuem com a análise das políticas públicas mais empregadoras dos assistentes sociais no Brasil, motivo pelo qual se ratifica a importância desta leitura aos acadêmicos e ainda para fins de atualização profissional.

Desejo a todas e todos excelente leitura!

Thaislayne Nunes de Oliveira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A EXPROPRIAÇÃO DA TERRA: ELEMENTOS E GÊNESE DA PROPRIEDADE PRIVADA DA TERRA NA EUROPA	
Taiane Macêdo Silva Adriana Freire Pereira Ferriz Emanuel Luiz Pereira da Silva Vanessa Carla Borges de Lima Thaúanna Gomes Cavalcante	
DOI 10.22533/at.ed.3022029071	
CAPÍTULO 2	7
SANEAMENTO BÁSICO: FATORES HISTÓRICOS E DESIGUALDADES PERSISTENTES AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	
Andressa Caroline de Lima Giovana Galvan Marli Renate von Borstel Roesler	
DOI 10.22533/at.ed.3022029072	
CAPÍTULO 3	19
A SOBREVIVÊNCIA NO URBANO: OS ARTESÃOS NA FEIRINHA DA PRAIA GRANDE DE SÃO LUÍS	
Rayssa Cordeiro Silva Carvalho Rocha Alanna Larissa Aragão Teles Giovanna de Abreu Araujo	
DOI 10.22533/at.ed.3022029073	
CAPÍTULO 4	28
O JORNAL COMO INSTRUMENTO DE ORGANIZAÇÃO E ARTICULAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS: O CASO DO <i>JORNAL DA PERIFERIA</i>	
Rozinaldo Antonio Miani	
DOI 10.22533/at.ed.3022029074	
CAPÍTULO 5	39
JARDIM GRAMACHO: TERRITÓRIO EXTRAORDINÁRIO DO LIXO E DA INJUSTIÇA AMBIENTAL	
Valéria Pereira Bastos Mariana Andrade Lobo Silva Raphaella Ximenes Pimentel	
DOI 10.22533/at.ed.3022029075	
CAPÍTULO 6	52
REFLEXÕES SOBRE O DESLOCAMENTO DO CORPO NEGRO REFUGIADO NO BRASIL	
Mayara Castro de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.3022029076	
CAPÍTULO 7	61
CONTROLE SOCIAL: UMA REFLEXÃO ACERCA DO PAPEL DO CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS	
Renata Antônia de Souza Ramos	
DOI 10.22533/at.ed.3022029077	

CAPÍTULO 8	72
BREVE ANÁLISE E REFLEXÃO HISTÓRICA ACERCA DAS POLÍTICAS SOCIAIS, E DA QUESTÃO SOCIAL NA CIDADE DE SÃO FERNANDO-RN	
Francisco das Chagas dos Santos Alves	
DOI 10.22533/at.ed.3022029078	
CAPÍTULO 9	84
CONCEITO DE REFÚGIO E AMPARO LEGAL: ALGUMAS PROBLEMATIZAÇÕES	
Carla Juliana Biesdorf	
Rosane Janczura	
Tatiana Almeida Andrade Moreno	
DOI 10.22533/at.ed.3022029079	
CAPÍTULO 10	95
A INSERÇÃO DOS REFUGIADOS EM UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS: UM DEBATE SOBRE AS POSSIBILIDADES DE INGRESSO	
Carla Juliana Biesdorf	
Fabio Jardel Gaviragui	
Rosane Janczura	
Tatiana Almeida Andrade Moreno	
DOI 10.22533/at.ed.30220290710	
CAPÍTULO 11	107
A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO: POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM DEBATE	
Giuliana Barbosa da Rocha	
Maria de Lourdes Soares	
DOI 10.22533/at.ed.30220290711	
CAPÍTULO 12	120
POPULAÇÃO NEGRA E RACISMO NO BRASIL: DETERMINAÇÕES ESTRUTURAIS E SUBALTERNIZAÇÃO	
Kíssia Wendy Silva de Sousa	
Luciana Batista de Oliveira Cantalice	
DOI 10.22533/at.ed.30220290712	
CAPÍTULO 13	128
OS REFLEXOS DO PERÍODO COLONIAL NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: A QUESTÃO DA SEXUALIZAÇÃO E OBJETIFICAÇÃO DA MULHER NEGRA NO BRASIL	
Jocy Helena da Costa Pantoja	
Mayara Alves Azevedo	
Luiza Silva Favacho	
Marcela Martins Maia	
DOI 10.22533/at.ed.30220290713	
CAPÍTULO 14	136
PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI FEDERAL Nº 13.019/2014 – MARCO REGULATÓRIO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (MROSC) NO ÂMBITO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O CONTROLE SOCIAL: A EXPERIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI-PR	
Bruna Eloise Souza Vettor	
Juliana Moura dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.30220290714	

CAPÍTULO 15	148
SEGURIDADE SOCIAL E DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO: A REFORMA ESTRUTURAL E SEUS REFLEXOS NO TRABALHO	
João Paulo Zanin Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.30220290715	
CAPÍTULO 16	158
POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL E PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: APONTAMENTOS CRÍTICOS	
Haidée de Caez Pedroso Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.30220290716	
CAPÍTULO 17	170
A IMPORTÂNCIA DA CATEGORIA TRABALHO NO DEBATE COM USUÁRIOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Vera Suzart Barbosa	
Francilene Gomes Fernandes	
Priscila Beralda Moreira de Oliveira	
Calvin Batista Campos	
DOI 10.22533/at.ed.30220290717	
CAPÍTULO 18	178
CONSIDERAÇÕES ACERCA DO ESTADO DE MISERABILIDADE NA APLICAÇÃO DO BENEFÍCIO ASSISTENCIAL ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	
Juliana Castro Torres	
Paula Martins da Silva Costa	
DOI 10.22533/at.ed.30220290718	
CAPÍTULO 19	190
O ACESSO E A ASSISTÊNCIA A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA UFRN	
Lenita Maria dos Santos Fernandes	
Cintia Paixão da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.30220290719	
SOBRE A ORGANIZADORA	200
ÍNDICE REMISSIVO	201

BREVE ANÁLISE E REFLEXÃO HISTÓRICA ACERCA DAS POLÍTICAS SOCIAIS, E DA QUESTÃO SOCIAL NA CIDADE DE SÃO FERNANDO-RN

Data de aceite: 01/07/2020

Data de submissão: 07/04/2020

Francisco das Chagas dos Santos Alves

Faculdade Católica Santa Teresinha

Caicó-RN

<http://lattes.cnpq.br/8767963675324045>

RESUMO: O presente estudo traz uma análise histórica acerca da desigualdade social e as consequentes políticas sociais, sob uma reflexão da efetividade destas, são analisados os impactos do programa bolsa família como impulsionador da superação da extrema pobreza na cidade de São Fernando, conclui-se que é necessária maior intervenção estatal como provedor de justiça social e direitos.

PALAVRAS-CHAVE: Questão Social; desigualdade social; políticas sociais; Bolsa Família, São Fernando-RN.

BRIEF ANALYSIS AND HISTORICAL
REFLECTION ON SOCIAL POLICIES,
AND SOCIAL ISSUE IN THE CITY OF SÃO

FERNANDO-RN

ABSTRACT: The present study presents a historical analysis of social inequality and the consequent social policies, under a reflection of the effectiveness of these, are analyzed the impacts of the Family Scholarship Program as a booster of Overcoming extreme poverty in the city of São Fernando, it is concluded that greater state intervention is needed as a provider of social justice and rights.

KEYWORDS: Social issue; social inequality; social policies; Bolsa Família, São Fernando-RN.

1 | INTRODUÇÃO

A desigualdade social sempre foi objeto de crítica, análise e estudo acerca do que motivou as condições sociais dos indivíduos, dentre os motivos ou causas elencadas, estão as relações de poder e dominação de determinados indivíduos que tentam impor seus interesses, a fim de perpetuarem-se através de suas gerações, como se fossem castas, numa relação política clientelista.

Conforme o pensamento de Netto (2012), um fato observável atualmente são os países desenvolvidos, tidos como potências

econômicas, agindo de forma protecionista acerca das políticas econômicas e fiscais, a maioria destes agem de forma reguladora na taxaçoão de riqueza, a fim de arrecadar mais tributos para direcioná-los em gastos com políticas sociais; fato esse que não ocorre nos países em desenvolvimento, estes reconhecidos pelo forte teor administrativo patrimonialista, insistem em desenvolver políticas com caráter amenizador e não resolutivo acerca dos problemas sociais, com pretensão de intensificar tal política clientelista de favor, acabam diante disso, intensificando uma dependência econômica ao mercado.

Em contrapartida, diferentemente dos países protecionistas desenvolvidos, os países em desenvolvimento adotam uma estratégia sócio econômica de menor participação estatal, fatos esses que geram políticas sociais emergenciais e compensatórias por causa do maior direcionamento de gastos estatais para atender a interesses do mercado.

Conforme as particularidades anteriormente mostradas, este artigo integra uma reflexão socio-histórica acerca da origem das políticas sociais, tidas como importante mecanismo no enfrentamento da extrema pobreza realizando, contudo, uma análise em especial aos efeitos do programa de distribuição de renda – Bolsa Família numa cidade com pequena densidade demográfica, São Fernando – RN, que ainda é muito dependente do mercado agrícola, e sofre com as intempéries advindas da seca devido a histórica falta de políticas sociais abrangentes.

2 | DESIGUALDADE SOCIAL: REFLEXÕES SOBRE AS POLÍTICAS SOCIAIS COMO CONSEQUÊNCIAS HISTÓRICAS

A questão da desigualdade social está presente na sociedade desde a antiguidade, de acordo com Weffort (2011), ela está ligada por antagonismo político ou de privilégios hierárquicos e hereditários, onde certos indivíduos mantinham domínio sobre outros, com a prerrogativa de oferecer-lhes segurança, paz e a consequente ordem social. Tal domínio junto à misticidade, durante o passar do tempo, criou uma sociedade dividida em classes sociais e políticas que tentam à todo custo manter privilégios e ambições.

Na premissa de manter privilégios, a alta classe social impôs seus interesses à todo custo, mesmo que tais ambições vão contra, e prejudiquem os interesses das classes sociais subalternas, essas que até então, mostraram-se passivas de tal ofensiva, mas conforme a sociedade foi desenvolvendo-se, não só economicamente, mas também racionalmente ao questionar a ordem e a misticidade tão forte nessa época, utilizando-se do empirismo científico para isso, ela cria uma consciência de combate e repúdio contra esses privilégios.

Uma época em especial que denota tal comportamento social, é o período caracterizado pela transição da Idade Moderna para a Idade Contemporânea, são características desse período, crises estruturais, econômicas e culturais, como as extravagâncias e abusos econômicos dos reis e toda a aristocracia que os acompanhavam, como também a igreja

Católica, que diante da forte pauperização derivada de tais abusos, tinha um pensamento fundamentalista e assistencialista em relação a naturalizar essa condição humana, ou seja, o forte pauperismo, característico às classes subalternas nessa época, era visto como culpa ou destino divino do sujeito, e não como consequência lógica desses abusos, vindos do topo social, a pobreza era tratada de forma caritativa naquela época pela igreja Católica.

Conforme a situação social se deteriorava por causa dos abusos da alta classe social, mesmo tendo escassas políticas assistencialistas da igreja, de acordo com Behring e Boschetti (2006), a Inglaterra assume destaque na elaboração de políticas sociais; a Lei dos Pobres de 1601, onde a Rainha Elisabeth, na tentativa de conter as revoltas e manifestações crescentes, ordena a criação de fundos paroquiais para arrecadar dinheiro através da taxaçaõ progressiva em valores sobre terras, o que acabou dando um melhor dinamismo e gerou mais consumo a economia local; mesmo assim, ainda continuaram altos e desnecessários os gastos e as cobranças de impostos pela nobreza.

De acordo com Hobsbawn (1977), uma classe social formada por comerciantes, até então emergente na época, foi desvencilhando-se territorialmente da nobreza, e conseqüentemente, formando núcleos comerciais próximos às áreas de grande população (burgos) para fomentar um tipo livre e próprio de comércio e troca de mercadorias sem taxaçaõ da nobreza. Conforme o êxito desse novo tipo de comercialização, a nova classe social (burguesia) passa a ter maior atividade social, política e até cultural, devido a sua forte organização ao questionar as estruturas e ações administrativas da nobreza, questionavam a ordem social até então vigente, visando uma inclusão social, e conseqüente cidadania através da igualdade, liberdade e consciência de direitos e deveres.

Surgem as Revoluções burguesas como consequência e reação, por uma universalização de direitos, e conseqüentemente uma nova ordem nas relações político sociais, a fim de ter maior liberdade sociocultural, autonomia econômica e política aos indivíduos.

Diante disso, na opinião de Hobsbawn (2012), a burguesia passa a ser classe social protagonista nas relações sociais e comerciais, a manufatura perde lugar para a maquinofatura com as inovações tecnológicas, para dar mais dinamismo e lucro no processo fabril. É consolidada, a partir disso, a revolução industrial, as relações de trabalho passam a ser assalariadas, e surge também uma relação antagônica entre capital e trabalho, onde os detentores da propriedade privada ou dos bens de produção passam a ter bastante influência na relação de subsunção das classes subalternas ao trabalho, as relações sociais e comerciais são pautadas a partir da mercantilização e coisificação não só das mercadorias, mas também da força de trabalho, numa maior valorização às relações de trocas e de utilidades das mercadorias, do que a condição laboral humana.

A igreja Católica nesse cenário começa a perder boa parte de sua influência social e cultural, antes pouco contestada ou questionada, para o empirismo científico, derivado

do período iluminista nascente; o catolicismo começa então, a rever e corrigir seus erros do passado, através de um novo olhar a questão social que passa, a partir dessa nova ordem social, a ser o foco acerca das implicações sofridas pelas novas relações sociais, econômicas e laborais. As encíclicas papais (principalmente a *Rerum Novarum*¹) são fundamentais perante a visão social de alerta sobre o agravamento da questão social.

De acordo com Santos (2012), as formas de precarização que até então estavam ocorrendo, como o forte êxodo rural e o conseqüente inchamento dos centros industriais urbanos denotaram um estado de calamidade, surgem diversos problemas sociais como a violência, prostituição e a mendicância derivada do forte exército industrial de reserva; também eram explícitas as precárias relações e condições laborais, como a alta carga de jornada de trabalho, onde mulheres e crianças eram as mais prejudicadas e desvalorizadas monetariamente. A igreja cobrava um olhar mais assistencialista do Estado moderno burguês em forma de colaboração para o tratamento dessa situação.

Segundo Marx (1996), a questão da busca da “emancipação humana”, ofertada pela burguesia às demais classes sociais, quando esta voltasse contra o absolutismo, tomou outro direcionamento sociocultural e econômico, mostrou-se diferente, pois a questão da liberdade e universalidade mostrou-se abstrata em relação a sua efetividade; não que tal revolução teve sua importância mediante a ordem social anterior, com a emancipação política dos indivíduos e com o conseqüente novo Estado Democrático de Direito; só que, tais conquistas passaram a ser usufruídas de forma privilegiada à classe burguesa.

Com isso, às classes subalternas, restou apenas subverter à essa nova ordem, em sua maioria, num estado social e econômico de subsistência a fim de sobreviverem, pois a burguesia não provocou só uma relação entre capital e trabalho, provocou também uma moralização conservadora cultural, individualista e/ou egoísta dos indivíduos, através da busca por maior controle, influência social, política e lucratividade econômica, tendo o novo Estado Burguês como representante alienante, dotado de força policial coercitiva.

O novo rumo burguês trouxe graves complicações sociais e políticas, esta classe que antes era revolucionária, passou a ser conservadora e acrítica às tensões sociais; com isso eclodiu um questionamento acerca de tal *ethos*, surgem ideologias críticas ao comportamento explorador burguês, as principais são do alemão Karl Marx (1996), que desvenda à sociedade, e principalmente aos trabalhadores, o quão feroz e desumano é o capitalismo; junto à Friedrich Engels, Marx escreve diversas obras à respeito das implicações que o capital, de forma alienante, faz não só economicamente, mas também culturalmente ao espoliar o indivíduo de sua essência social, tornando-o acrítico.

Diante disso, em seus escritos, Marx (1996) enfatiza a necessidade da conscientização

1. Encíclica Papal escrita pelo Papa Leão XII em 15 de maio de 1891, tratava-se de uma carta aberta à todos os bispos acerca da condição da classe operária mediante a forte exploração e acúmulo de riquezas e a conseqüente de princípios ético e valores morais que deveriam se postos a fim de ter iguais condições e justiça social. Disponível em <http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html> acesso em 28 de maio de 2019.

da classe trabalhadora, a fim de organizar-se e reivindicar direitos e melhores condições laborais, sendo isso um estopim para o processo de superação do capitalismo; partindo através disso, do socialismo ao comunismo que seria o estágio final de emancipação do indivíduo e do fim da propriedade privada, obtendo assim, uma nova relação social e laboral cooperativista. Tais ideias tiveram bastante repercussão mundial, os trabalhadores passaram a se organizar, surgiram os sindicatos, e com isso, os mesmos começaram a tensionar seus patrões e Estado através de manifestações, por melhores condições laborais e sociais, com greves e manifestos na Europa. Em reação a isso, o Estado agiu de forma repreensiva contra os trabalhadores e sindicatos na tentativa de desmobilizá-los, só que, por ser dependente da força de trabalho para obter lucro, cede a algumas reivindicações trabalhistas; a regularização da jornada de trabalho, maiores ajustes salariais, como também fundos de aposentadoria e de pensão, em casos de acidentes de trabalho e consequente invalidez, foram conquistas consequentes de tais movimentos.

A Alemanha é pioneira na implementação de seguros sociais, de acordo com Behring e Boschetti (2011), o modelo previdenciário proposto por Otto Von Bismarck, de Caixas de aposentadorias e pensão, tornou-se um marco em relação as conquistas por melhores condições de vida dos trabalhadores da época, modelo esse, que perdura até os dias atuais, através da contribuição compulsória de parte dos salários dos trabalhadores, para dar sustento e seguro progressivo aos ex trabalhadores idosos aposentados, também aos trabalhadores acidentados laboralmente e aos que queiram ser assegurados no futuro.

Quanto à gestão desse seguro, a fim de melhor aplicabilidade, complementam Behring, Boschetti (2011, p. 66). “Os seguros eram originalmente organizados em caixas estruturadas por tipos de risco social: caixas de aposentadoria, caixas de seguro – saúde, e assim por diante, e eram geridos pelos contribuintes, ou seja, por empregadores e empregados”.

Através disso, é notório que havia uma mútua ação entre o Estado, trabalhadores e empregadores, numa perspectiva de ter maior controle na aplicação de gastos, derivados dessas contribuições aos assegurados.

Parafraseando Santos (2012), o mundo se desperta acerca das necessidades sociais, as crescentes expressões da questão social, como a miséria, a fome, o desemprego e as crises capitalistas, derivadas do grande acúmulo desigual de renda nas mãos de poucas pessoas, são assuntos reflexivos acerca da necessidade de intervenção estatal; à igreja com seu viés assistencialista ou caritativo, já não era mais sustentável tal situação, surge a problemática para a criação de políticas assistenciais do Estado, a fim de minimizar tal crítica situação.

Todavia, situação essa que se complica ainda mais com a grande crise do capital (depressão de 1929) e as duas guerras mundiais, palco de conflitos de interesses de dominação econômica e cultural, que fizeram a nova indústria bélica como bastante lucrativa ao capital, é perceptível a partir disso, o *ethos* desumano do capital, o mundo

se depara com uma crise econômica e humanitária sem precedentes, devida a forte mortalidade provocada, não só pela desigualdade social, mas também pelos conflitos de interesse hegemônico oriundos do pós guerra.

Segundo Behring e Boschetti (2011), passado essas crises estruturais do capitalismo, o mesmo adquire um status mais avassalador e destrutivo socialmente, a fase monopolista, caracterizada pelo forte poderio econômico englobante do mercado, advindo da maior lucratividade da indústria bélica, como também de acordo com Hobsbawn (1995), a nova configuração política imperialista norte americana e o desgaste estrutural pós-guerra das nações, despertam ainda mais as nações para a necessidade de maior distribuição de renda e investimentos em infraestrutura para a geração de emprego e renda.

Ainda enfatizam Behring e Boschetti (2011), que medidas sociais, como o plano Beveridge², tornam-se marco em referência e inspiração da assistência social moderna, pois o plano dava seguro social não só aos trabalhadores com contribuição destes, mas também às famílias que estavam em situação de extrema vulnerabilidade social, sob uma forma unificada de um sistema de cobertura social, que passa a fazer parte da tríade saúde, seguridade social e assistência social, o que acabou também dando suporte anos mais tarde, devido às tensões populistas pela efetividade de direitos, para o novo tipo de Estado.

O Welfare State – Estado de Bem Estar Social, surge como expoente em relação à maior intervenção deste em relação à promoção de políticas públicas e sociais, de forma igualitária e universal à população, além de mais investimentos e na maior criação de políticas sociais, sob a pretensão de investir e dar incentivo fiscal aos empregadores para posteriormente cobrir tais investimentos através de posterior aumento gradual de impostos.

Tendo em vista a necessidade de criação de uma política mais abrangente e eficaz por parte da assistência social no Brasil, e a conseqüente descentralização dos serviços de atendimento e acompanhamento em atenção às famílias em vulnerabilidade social, devido a maior precarização das expressões da Questão Social e as conseqüentes ofensivas neoliberais; Faz-se necessário compreender, refletir e mediar as relações sociais, a fim de criar vínculos com tais famílias e promover o acesso aos direitos fundamentais destas.

A LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social) criada no ano de 1993, tem o objetivo de prover maior proteção e amparo social, através de uma organização administrativa descentralizada e referencial, a fim de ter inclusão de usuários em precárias condições sociais à serviços de vínculos. Além de tal lei, ser arcabouço legal, direcionador para a Política Nacional de Assistência Social, e o conseqüente Sistema Único da Assistência Social – SUAS. A assistência social desde a constituição de 88 sempre teve sua

2. De autoria do economista britânico William Henry Beveridge, o plano Beveridge consistiu numa ampla e gradual proteção social universal do Estado à população, unificando os demais serviços de proteção social a fim de torná-los num sistema único de assistência social, através do custeio estatal. Disponível em <<http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,antecedentes-historicos-da-seguridade-social-no-mundo-e-no-brasil,44593.html>> acesso em 28 de maio de 2019.

representatividade estabelecida através de um ministério próprio ou independente.

Entretanto, a política de assistência social teve uma regressão referente a sua representatividade, outrora nos governos de Lula e Dilma, era gerenciada através do Ministério do Desenvolvimento Social, atualmente no governo Bolsonaro, a assistência social faz parte da secretaria Especial do Desenvolvimento Social, vinculado ao ministério da Cidadania, tal medida neoliberal acaba descaracterizando a importância e autonomia das políticas sociais acerca do planejamento, abrangência e eficácia destas perante a precarização das expressões da questão social.

3 | POLÍTICAS SOCIAIS E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA: OS IMPACTOS DAS PARTICULARIDADES DO MUNICÍPIO DE SÃO FERNANDO

Com base em Andrade (1998), é preciso entender como se deram originalmente as políticas públicas sociais no Estado do Rio Grande do Norte, ao qual a cidade de São Fernando faz parte; a região nordeste até hoje é estigmatizada como região subdesenvolvida, e que ainda sofre com as intempéries oriundas da seca, de fato, não há como negar que até os dias atuais essa região ainda sofre os impactos derivados dos ciclos das secas, só que, é preciso atentar-se ao fato de que em sua conjuntura histórica o Estado Brasileiro interviu nessa região com políticas sociais focalistas, de forma emergencial ou paliativas sob essa problemática, pois não haviam estudos que contemplassem de maneira particular as reais necessidades que as famílias no campo tinham, havia estudos superficiais ou generalizados acerca das necessidades destas, munidos ainda de uma visão conservadora acerca de tal problemática .

Todavia, tais políticas abrangeram somente os grandes latifundiários rurais, o que em decorrência disso, acabou gerando maior concentração de riqueza nas mãos desses proprietários, e conseqüente agravamento das expressões da questão social, gerando assim, maior desigualdade social, uma vez que o Nordeste, e em específico o Estado do Rio Grande do Norte, ficou caracterizado sócio politicamente pela predominância de oligarquias, o que conseqüentemente acabou gerando uma forte relação patrimonialista de dominância política dessas famílias que sempre estiveram no poder político, sob uma atuação clientelista, fato esse, que corroborou com a dependência agrícola da região até os anos 70, tendo o início de sua industrialização até então tardia a partir dessa década, particularidades estas que não fogem aos padrões em específico, à cidade de São Fernando.

Partindo de uma perspectiva específica em relação aos efeitos da desigualdade social, conforme elencada anteriormente numa ordem cronológica, a fim de compreender os efeitos das políticas sociais durante o tempo e, no caso particular em relação a análise adiante, que será feita sobre as ações ou abrangência de tais políticas ocorridas dos anos

70 aos anos atuais, foi necessário entender os seus impactos numa cidade com baixa densidade demográfica; localizada no Estado do Rio grande do Norte, à 293,4 quilômetros da capital Natal, na Microrregião Seridó Ocidental, sob um clima semiárido, com sua economia local ainda muito dependente da agropecuária e do pequeno comércio desde seu primórdio.

Acidade de São Fernando, conforme o período citado, sofre também as consequências sociais derivadas desse patrimonialismo que marcaram politicamente o Estado do RN. O período dos anos 70 à 85, caracterizados nacionalmente por um período ditatorial, e a posterior abertura política, devida a turbulenta crise política e econômica, marcou profundamente o país e o Estado do Rio Grande do Norte.

Por conseguinte, a cidade de São Fernando tem um extenso ciclo de seca, a recém industrialização no Estado, como também à falta de políticas sociais abrangentes, acessíveis às pessoas que mais necessitavam, tais fatos acabaram provocando um intenso êxodo rural de boa parte dos seus habitantes para outras regiões ou estados a fim de ter melhores condições de vida, devido as novas relações de trabalho assalariado derivadas da industrialização; pois segundo o IBGE, boa parte da população do interior do Rio Grande do Norte era analfabeta e não tinha qualificação profissional por causa da falta, em alguns municípios: de escolas públicas de 2º grau, como também falta de escolas rurais ou de sistemas de transporte que permitam o acesso de populações rurais às escolas, e/ou carência de escolas do 1º grau nas zonas rurais; o gráfico³ a seguir contém informações acerca da taxa de analfabetismo na região do Seridó e, conforme destacado em negrito, a cidade de São Fernando nas décadas de 70, 80 e 90.

SERIDÓ: NÚMERO DE PESSOAS ANALFABETAS, DE 15 ANOS E MAIS - 1970-91

ESTADO, SERIDÓ, ZONAS HOMOGÊNEAS E MUNICÍPIOS	1970	1980	1991
Seridó	77.268	68.345	68.945
<i>Currais Novos</i>	24.269	20.612	19.981
Acari	3.042	2.632	2.344
Carnaúba dos Dantas	1.226	809	1.054
Currais Novos	8.003	7.932	8.288
Equador	1.458	1.117	1.477
Parelhas	3.337	3.421	3.258
São Tomé	7.203	4.701	3.560
<i>Caicó</i>	<i>25.421</i>	<i>22.984</i>	<i>23.945</i>
Caicó	9.965	9.143	9.217
Cruzeta	1.977	1.521	1.875
Ipueira	479	346	295
Jardim de Piranhas	2.617	2.517	2.765
Jardim do Seridó	2.159	2.333	2.483
Ouro Branco	1.228	1.161	962
Santana do Seridó	647	557	494
São Fernando	828	731	989
São João do Sabugi	1.183	982	1.103
São José do Seridó	1.075	966	989
Serra Negra do Norte	2.856	2.400	2.365
Timbatuba dos Batistas	407	326	407
<i>Serras Centrais</i>	<i>27.577</i>	<i>24.750</i>	<i>25.019</i>
Campo Grande	4.098	4.099	3.806
Cerro Corá	4.265	3.408	2.936
Florânia	3.546	3.009	3.483
Jucurutu	4.353	4.407	4.636
Lagoa Nova	2.231	2.770	2.903
Santana do Matos	7.297	5.482	5.903
São Vicente	1.786	1.575	1.352

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: Pnud-Ipea-Ibge-FJP (1997)- Relatório de desenvolvimento humano do Brasil, 1997.

3. FONTE: Pnud-Ipea-Ibge-FJP (1997)- Relatório de desenvolvimento humano do Brasil, 1997.

Sendo assim, esse período ficou caracterizado pelo forte desemprego e informalidade, derivados dessa situação de negação ou precariedade de direitos fundamentais à formação e bem-estar social do ser humano, como a educação, saúde e assistência social. Fato esse que é perceptível nesse período, conforme mostra o valor do Índice de Desenvolvimento Humano- IDH de 0,291, e o índice de desigualdade social Gini como média dos municípios do Brasil no valor de 0,490 nos anos 70 e 80.

Segundo Sposati (2004), a década de 90 é significativa, no que se atente à conquista de direitos referentes à unificação das políticas públicas e sociais e a consequente aplicabilidade tripartite descentralizada delas, respaldadas à época pela recém constituição Federal. Em particular, tem destaque de início as conquistas na tríade saúde, assistência social e previdência, com a universalidade e gratuidade de acesso ou participação democrática dos usuários através dos conselhos populares, a criação dos serviços de saúde pelo Sistema Único de Saúde – SUS, e em específico, uma maior importância à assistência social com a criação da Lei Orgânica de Assistência Social, marco que enfatizou devida atenção às pessoas com necessidades especiais e idosos em situação de vulnerabilidade social, acabou gerando maior expectativa de vida à essas populações.

Fato esse, comprovado pelo aumento do IDH nas três esferas territoriais, e em particular na cidade de São Fernando, que nesse período teve maior acesso à tais serviços, e consequente significativo aumento de seu comércio local, o que acabou gerando mais empregos e renda; segundo o IBGE houve um aumento no município do IDH para 0,440, como também uma diminuição seu índice de desigualdade social Gini para 0,480 em relação à média dos municípios do Brasil dos anos 70.

Os anos 2000 surgem como desafio em relação às políticas de desregulamentação e participação do Estado brasileiro, realizadas na década anterior com as privatizações de serviços do setor energético e das telecomunicações, tidos como importantes para a indústria brasileira. Contudo, o novo milênio traz também novos caminhos para a assistência social como reação às reivindicações populistas contra a desigualdade social e as expressões da questão social daí derivadas, como a fome e a miséria. Emerge, portanto, a Política Nacional da Assistência Social – PNAS, o Sistema Único de Assistência Social – SUAS e os derivados programas de distribuição de renda que visam dá crédito de caráter temporário à população mais carente, a fim de que esta possa ter o mínimo de condições dignas de superar a situação de extremo pauperismo, conforme a forte inflação, característica das políticas neoliberais. É, pois, que são criados programas sociais como o Bolsa Escola, fome zero e vale gás, que posteriormente foram unificados com o Programa Bolsa Família.

Com isso, analisando os efeitos de tais programas, particularmente na cidade de São Fernando- RN⁴, o programa Bolsa Família teve maior amplitude ou abrangência de

4. Fonte: Dados pesquisados na Secretaria de Assistência Social e no Site do Governo Municipal de São Fernando-RN. Disponível em <<http://saofernando.rn.gov.br/index.php>> acesso em 01 de junho de 2019.

sua aplicabilidade no acompanhamento dos usuários através da interação entre sistemas de dados, principalmente da educação e da saúde, fundamentais para acompanhar a situação das famílias assistidas, impondo-as condicionalidades vindas das áreas da saúde através do acompanhamento profilático destas, e da educação com a frequência escolar.

Aliado a isso, há o fato de que houve bastante incentivo por parte do governo municipal na contratação de fábricas de tecelagem, a fim de gerar mais emprego e renda através da isenção de gastos com água e energia oferecidos aos empregadores, tais atitudes, acabaram gerando maior poder de compra a população, e conseqüentemente foram importantes não só para a área urbana, mas também para o pequeno agricultor da zona rural que passou a ter uma renda principalmente em épocas de grande seca, e em especial pelo motivo do município de São Fernando ser de pequeno porte territorial e populacional, que teve a diminuição de seu índice de desigualdade social Gini atualmente para 0,440 e o aumento de seu IDH para 0,608.

Com base nos dados atuais oferecidos pelo Ministério da Cidadania, no último mês de março deste ano de 2019, cerca de 419 famílias estão sendo beneficiadas e acompanhadas pelo programa bolsa família, o que representa uma estimativa de cobertura de 102,9 % das famílias pobres do município, dado esse caracterizado pela regra de permanência do bolsa família conforme consta na Portaria MDS nº 617/2010.

A “regra de permanência” permite que a família tenha variação de renda acima da linha de pobreza e permaneça no Programa por até dois anos, desde que não ultrapasse meio salário mínimo por pessoa. Já os beneficiários que aumentam sua renda para acima de meio salário mínimo contam com a proteção do retorno garantido.

Tais famílias recebem em média um valor mensal de 168,83 reais do programa de um total em média de 79.180 reais transferido pelo governo federal. Devido ainda a falta de oportunidades de melhores condições sociais pelo Estado, e pelo caráter emergencial e temporário do programa, a fim de promover um meio de superação da extrema pobreza com a distribuição de renda, é perceptível uma longa permanência de algumas famílias ao programa, fato esse que se deriva devido ainda a falta de oportunidades de emprego, e conseqüentemente a falta de estabilidade laboral, devido a precarização deste.

Sendo assim, é notável a importância dos programas de distribuição de renda na cidade de São Fernando, pois há, através disso, um fomento maior no consumo ao comércio local, e conseqüente qualidade no acesso aos serviços de saúde e educação, uma vez que a renda derivada do bolsa família dá mínimo necessário para que determinada família possa ter condições dignas de sobrevivência, através da oferta serviços essenciais universais, gratuitos e de qualidade pelo Estado, que deve ser sempre responsabilizado por tal oferta, já que é necessário que este esteja presente a fim de promover, de forma descentralizada, oportunidades de emprego e renda fidedignas à uma ampla e melhor condição sócio econômica de tais indivíduos, sendo necessário a taxação proporcional de riquezas para manter o custeio de tais políticas ou incentivos, isso acarretaria um novo

Estado de Bem Estar Social, só que dessa vez mais justo e equitativo.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme exposto, se faz importante entender a origem das causas da desigualdade social, pois ela é um sintoma de uma sociedade que está perdendo o seu sentido humanizador ou cooperativista, devido a um processo ou uma cultura da dependência em relação ao mercado, provocada pela globalização capitalista, onde os indivíduos são tratados como coisas ou peças de tabuleiro, de um conservadorismo persistente sobre a visão da condição do ser, vindo das altas classes sociais, como se tal situação social fosse consequência ou culpa do indivíduo, e não de um Estado neoliberal que tende a se desresponsabilizar acerca do seu dever de provedor de direitos sociais, que somente atende as necessidades da burguesia, o que acaba ocasionando sérias consequências como a exclusão e desigualdade social.

Portanto, diante de tal discussão, é possível compreender que é necessário uma maior organização e consciência das classes subalternas acerca dos seus direitos e deveres em reação ao acesso à serviços tidos como fundamentais ao bem estar social como a educação, saúde, assistência social e previdência, na intenção de tensionar o Estado, para que este promova justiça social através de reformas tributárias, num pacto federativo com uma maior distribuição orçamentária aos demais entes federativos(estados e municípios), e como consequência, a taxaçoão de riquezas a fim de ter maior equidade e justiça social, através de maior cobrança proporcional feita pelo Estado à renda dos seus contribuintes para arrecadar mais verbas para custeio das políticas sociais .

Tida como fundamental ao bem-estar social, tal taxaçoão seria fundamental para arrecadar recursos para o programa Bolsa Família por exemplo, pois acaba incidindo na cobertura de número maior de pessoas que necessitem de assistência, por parte do Estado, principalmente em locais onde o custo-benefício de se viver é alto e conseqüentemente a cobertura do programa é pouco significativa; por isso é necessário enfatizar a necessidade de tensionar o Estado contra o acúmulo de riqueza vindo de privilégios político econômicos, uma vez que esse mesmo Estado, como visto anteriormente, somente age de forma amenizadora diante das manifestações e dos problemas sociais, conforme a situação social foge ao seu controle alienante.

Faz-se imperioso o acompanhamento e análise dos índices de desenvolvimento e desigualdades, no que tange o planejamento de políticas e programas sociais de amplo alcance, caracterizando-se enquanto instrumento de apoio efetivo às ações no âmbito das políticas sociais.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia. **A terra e o homem no Nordeste**. 6ªed. São Paulo: Cortez, 1998.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: Fundamentos e história**. 9ª ed. São Paulo: Cortez. 2011.

HOBBSAWM, Eric J. **A Era do Capital**. 15 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

_____. **Era das Revoluções**. 1º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. Disponível em < <https://farofafilosofica.com/2017/03/27/eric-hobsbawn-bibliografia-em-pdf/>>

_____. **Era dos Extremos: O breve Século XX**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Disponível em <<http://bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/services/e-books/Eric%20Hobsbawm-1.pdf>>

MARX, Karl. **O Capital**. 1ª ed. São Paulo: Nova Cultural. 1996. Disponível em < http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_fontes/acer_marx/ocapital-1.pdf>

NETTO, José Paulo. **Economia política uma introdução crítica**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Planejamento e Finanças. **Plano de desenvolvimento sustentável da região do Seridó do Rio Grande do Norte volume 1: diagnóstico**. Caicó: SEPLAN, 2000.

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão Social”: particularidades no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SPOSATI, Aldáiza. **A menina LOAS um processo de construção da assistência social**. São Paulo: Cortez, 2004.

WEFFORT, Francisco C. **Os clássicos da política Vol.1**. 1ª ed. São Paulo: Ática, 2011.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acolhimento 91, 94, 97, 98, 104, 111, 113, 115

Acumulação 1, 2, 3, 4, 6, 22, 30, 58, 59, 60, 108, 109, 116, 123, 158, 159, 160, 161, 162, 163

Adolescentes 64, 113, 115, 181, 187

Assistência Social 7, 15, 56, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 77, 78, 80, 82, 83, 96, 107, 110, 113, 114, 115, 117, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 158, 159, 163, 164, 165, 168, 169, 170, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 188, 193, 197, 198, 200

B

Benefício 48, 49, 82, 90, 164, 166, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189

Bolsa Família 72, 73, 80, 81, 82, 158, 159, 164, 165, 168, 169, 182, 183

C

Capitalismo 1, 2, 4, 6, 7, 23, 32, 50, 59, 75, 76, 77, 109, 121, 123, 159, 166, 169, 177, 192

Capitalista 2, 3, 5, 6, 13, 21, 22, 23, 26, 30, 31, 32, 38, 47, 53, 58, 59, 82, 93, 108, 109, 112, 114, 115, 116, 121, 123, 126, 160, 166, 171, 172, 174, 175, 176, 192, 193

Conselho 12, 18, 33, 38, 61, 62, 67, 68, 69, 70, 99, 136, 138, 141, 143, 146, 173, 192, 193, 199

Controle Social 8, 9, 11, 12, 15, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 136, 137, 142, 145, 147, 163, 165

D

Deficiência 64, 168, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199

Desigualdade Social 7, 14, 43, 59, 72, 73, 77, 78, 80, 81, 82, 120, 166, 175

Direito 4, 7, 8, 13, 17, 39, 44, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 62, 63, 64, 68, 70, 71, 75, 84, 85, 88, 89, 90, 92, 94, 102, 105, 113, 114, 125, 138, 148, 154, 156, 160, 161, 163, 168, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 186, 187, 189, 191, 194

Direitos 3, 7, 8, 11, 13, 15, 16, 17, 18, 37, 52, 54, 55, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 68, 69, 70, 72, 74, 76, 77, 80, 82, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 110, 113, 114, 115, 116, 118, 121, 122, 132, 137, 140, 142, 144, 154, 156, 160, 162, 164, 165, 167, 168, 173, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 188, 190, 191, 192, 193, 197, 198, 200

E

Educação 8, 11, 13, 16, 18, 36, 42, 43, 80, 81, 82, 85, 96, 97, 98, 101, 102, 103, 105, 117, 122, 164, 166, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199

Estado 6, 7, 12, 13, 14, 15, 17, 25, 26, 30, 31, 32, 41, 42, 50, 57, 63, 64, 68, 69, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 85, 86, 87, 93, 97, 98, 100, 101, 102, 107, 108, 110, 111, 118, 121, 125, 136, 137, 138, 139, 142, 143, 145, 147, 159, 160, 161, 163, 167, 168, 169, 173, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 187, 193, 194, 197, 198

Estigma 43, 46, 128, 129, 130, 132, 134, 135

Europa 1, 2, 4, 57, 58, 76, 85, 87, 89, 90, 108, 109

J

Jornal 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38

L

Lixo 9, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51

M

Mulher 56, 58, 113, 114, 115, 122, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 149

N

Negra 57, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134

Negro 42, 52, 55, 57, 58, 60, 122, 123, 124, 127, 129, 133

O

Objetificação 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134

Organizações da Sociedade Civil 67, 136, 137, 138, 145, 146

P

Participação 11, 15, 16, 28, 38, 50, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 80, 137, 139, 142, 143, 144, 145, 150, 160, 161, 163, 176, 180, 185, 187

Periferia 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38

Pessoa com Deficiência 179, 180, 181, 184, 185, 186, 187, 188, 193, 194

Planejamento 14, 17, 78, 82, 83, 100, 136, 140, 141, 142, 143, 145, 146

Política Social 28, 39, 64, 83, 136, 158, 160, 163, 165, 168, 169, 192, 198, 200

Políticas Públicas 9, 14, 15, 18, 23, 30, 32, 38, 39, 48, 62, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 78, 80, 107, 110, 112, 113, 115, 116, 120, 138, 141, 143, 145, 147, 176, 197, 200

Políticas Sociais 15, 72, 73, 74, 77, 78, 79, 82, 104, 112, 117, 118, 120, 138, 158, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 178, 181, 192, 200

População 4, 6, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 16, 21, 35, 36, 41, 42, 43, 44, 47, 64, 65, 69, 70, 74, 77, 79, 80, 81, 96, 104, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 130, 132, 133, 142, 143, 145, 149, 163, 165, 168, 173, 174, 175, 176, 194

Popular 22, 27, 28, 29, 32, 38, 60, 62, 65, 66, 67, 68, 88, 160, 163

Previdência Social 63, 138, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 162, 163, 164, 178, 179, 180, 181, 200

Q

Questão Agrária 1, 2, 6

Questão Social 2, 6, 26, 52, 56, 60, 72, 75, 76, 77, 78, 80, 83, 84, 91, 93, 95, 96, 104, 107, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 122, 141, 142, 158, 159, 160, 161, 163, 167, 177, 192, 193

Questão Urbana 19, 20, 21, 22, 27, 30, 31, 109

R

Racismo 52, 55, 56, 57, 58, 59, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 132

Refugiados 52, 53, 54, 55, 57, 59, 60, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 106

Refúgio 52, 54, 57, 58, 60, 84, 85, 86, 88, 89, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 105

Rua 24, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 173

S

Saneamento 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 148, 151

Seguridade Social 63, 64, 65, 77, 138, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 162, 169, 178, 179, 181, 200

Serviço Social 6, 15, 16, 17, 18, 20, 24, 28, 39, 43, 51, 60, 70, 71, 84, 94, 95, 107, 112, 113, 116, 117, 118, 120, 127, 128, 136, 145, 146, 150, 157, 158, 159, 167, 168, 169, 170, 189, 190, 195, 200

Sexualização 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134

Sociedade 2, 3, 5, 6, 7, 8, 13, 16, 21, 22, 23, 30, 31, 47, 51, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 73, 75, 82, 91, 92, 93, 108, 109, 111, 112, 114, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 142, 143, 145, 146, 150, 157, 159, 160, 162, 163, 168, 169, 171, 172, 174, 175, 176, 177, 180, 181, 185, 187, 190, 191, 192, 193, 194, 198

T

Trabalho 1, 2, 3, 5, 6, 11, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 29, 30, 31, 38, 39, 42, 43, 46, 47, 48, 50, 52, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 64, 69, 74, 75, 76, 79, 84, 89, 93, 94, 95, 96, 100, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 124, 125, 127, 128, 129, 131, 133, 134, 136, 137, 138, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 148, 149, 150, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 161, 164, 166, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 182, 192, 195, 197

U

Universidade 1, 17, 19, 28, 38, 39, 51, 52, 62, 84, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 112, 118, 120, 128, 148, 153, 156, 158, 177, 178, 190, 191, 194, 195, 196, 197, 198, 200

Processos de Subjetivação no Serviço Social

5

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020

Processos de Subjetivação no Serviço Social

5

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020